

# Leonidas está 'desanimado' com Sarney

ROBERTO LOPES  
Enviado especial a Brasília

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, se confessou ontem "desanimado" com a falta de uma postura mais enérgica e clara do presidente José Sarney, em consequência da vitória alcançada pelo governo, terça-feira passada, com a aprovação pela Constituinte do sistema presidencialista e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República.

Na tarde de terça-feira, momentos antes da votação do sistema de governo, o ministro disse a um amigo estar informado de que o presidencialismo seria aprovado por 304 votos (40 a menos do que o anunciado pelo placar do plenário da Constituinte), e os cinco anos por 294 votos (dez a menos). Na noite desse dia ele se declarou "muito feliz" com o que tinha sido fixado no texto permanente da próxima Carta e garantiu ao mesmo amigo que o governo, a partir daquelas votações, seria outro: "O presidente sabe o que tem que fazer."

O general Leonidas nunca definiu com muitos detalhes para este seu interlocutor o que ele espera realmente que Sarney faça para inaugurar uma nova fase em seu governo, mas em várias conversas já deixou claro que o presidente tem que se livrar dos ministros que não lhe sejam absolutamente fiéis, e das inibições que o impedem de adotar medidas econômicas mais vigorosas.

A verdade é que, no meio militar, há descontentamentos com a equipe do Palácio do Planalto que são bem mais difíceis para o presidente administrar. Alguns referentes, por exemplo, aos desempenhos do secretário particular — e genro — de Sarney, Jorge Murad, e do consultor-geral da República, Saulo Ramos (visto com reserva por

setores importantes da chamada comunidade de informações).

## Solidariedade

O ministro do Exército foi alertado para o fato de que o presidente Sarney talvez não precisasse ter ido, anteriormente, à Base Aérea de Brasília, para fazer sentir ao presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, a sua dor em face do acidente ocorrido com a mulher de Ulysses, Mora (operada em São Paulo de uma fratura no fêmur). Leonidas ouviu quieto as pessoas que lhe observaram o fato (e que para Sarney demonstrar sua solidariedade, bastaria um telefonema do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto).

O mesmo sentimento de desânimo parecia ter se apoderado, ontem, do ministro da Habitação, Prisco Viana — um dos principais articuladores políticos do governo. Em relatos orgulhosos — feitos no tom comediado que lhe é característico —, o ministro da Habitação lembrou, durante audiência concedida a um dirigente do setor da construção, o seu trabalho pela aprovação do presidencialismo e dos cinco anos no meio empresarial, especialmente junto à Fiesp. Disse o que quis e ouviu o que, com certeza, não queria.

Seu interlocutor — um amigo particular de Sarney — apontou para o retrato colorido do presidente, pendurado em um lugar nobre do gabinete de Prisco e disse que se o presidente não soubesse aproveitar o momento de vitória política para detonar uma arrancada em seu governo ele, simplesmente, pararia de defendê-lo.

Prisco Viana ficou mudo, incapaz de apresentar uma prova de que o presidente da República vai saber o que fazer com a vitória. Para o ministro da Habitação parece claro que o maranhense José Sarney trabalha conscientemente na elaboração de um momento de paz, de um vácuo depois da

verdadeira batalha que foi a sessão da Constituinte terça-feira passada.

Prisco acha que Sarney quer evitar que seus adversários tenham argumentos para poder mobilizar os constituintes contra ele na crucial votação de seu mandato (prevista para dentro de um ou dois meses). O ministro acha que o presidente está certo em evitar uma onda de retaliação contra seus adversários políticos antes que a guerra da Constituinte esteja inteiramente ganha — mas sente também que a expectativa criada pela vitória vai se transformando, lenta mas seguramente, em decepção.

## Fantasiosa

O ministro do Exército também quer evitar os excessos de uma retaliação. Na noite de terça-feira, ele foi aconselhado, por exemplo, a procurar o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e a trabalhar no sentido de conter a conhecida impetuosidade política desse seu colega. O general Leonidas prometeu que faria isso.

Ontem pela manhã, em companhia de alguns oficiais de seu gabinete, ele examinou o teor de duas colunas publicadas na imprensa — a do jornalista Mauro Chaves, sob o título "Excelentíssimo senhor ministro do Exército", no "O Estado de S. Paulo", e a do jornalista Ricardo Noblat, sob o título "A história do golpe que não houve", no "Jornal do Brasil" (do Rio).

Leonidas pareceu mais irritado com a coluna de Chaves, que classificou de "terrível". A reportagem de Noblat — que informa que dois ministros militares mostraram a disposição de fazer uma intervenção militar no país por 120 dias, caso a Constituinte tivesse aprovado o parlamentarismo ou o mandato de quatro anos — foi classificada pelo ministro de "fantasiosa".

## Para ministro, declarações surtiram efeito

Do enviado especial a Brasília

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, considera que o mais importante é a missão cumprida com êxito (leia-se a missão de fazer a maioria da Constituinte aprovar o presidencialismo com um mandato de cinco anos para os futuros presidentes). Ele não anda lamentando em casa ou pelos corredores de seu ministério as declarações que deu — ou que seus subordinados deram —, advertindo para o perigo que a vitória do parlamentarismo ou do mandato de quatro anos acarretaria para a estabilidade política do país.

E, nesta linha de raciocínio, ele tem dito que até o blefe é válido. É possível, portanto, que o ministro estivesse blefando quando, na segunda semana de março, disse ao presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que os quatro anos eram inaceitáveis. O encontro foi, na casa do general, no Setor Militar Urbano. Em uma conversa de fim-de-semana ele contou a um amigo que Ulysses o ouviu, em silêncio, e que ele, Leonidas, terminou sua exposição com uma frase misantrópica: "Eu também

to se não é assim que o senhor vê a situação, mas é assim que eu vejo."

Este diálogo (que mais parece ter sido um monólogo), antecedeu em aproximadamente dez dias a conversa que Ulysses teve no último sábado com o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. Um amigo íntimo do presidente da República contou à Folha que o general comunicou ao presidente do PMDB que, mesmo que fossem aprovados pela Constituinte, os quatro anos não viriam. Para esse íntimo de Sarney ficou a impressão de que foi por estar convencido dessa realidade que Ulysses Guimarães resolveu fazer a votação do mandato dos futuros presidentes na mesma noite da vitória arrasadora do governo contra os parlamentaristas. É possível.

O certo é que em alguns círculos bem graduados do meio militar de Brasília há dúvidas puramente militares sobre a conveniência da aprovação dos quatro anos de mandato para o maranhense José Sarney — e o encurtamento dos mandatos dos atuais ministros militares. Examine-se a situação da Marinha, por exemplo. Qual o tipo de balanço que o ministro Henrique Sabota poderia apresentar? Em termos

de navios, equipamentos — isto é, daquilo que flutua, que aparece — muito pouco. A Marinha vem administrando a sua escassez de recursos, saneando suas finanças, e sua atual gestão parece precisar de uma sobrevivência para ter o que apresentar.

No Exército há o programa Força Terrestre (FT) — 90, mas não há como esconder que a união dos esforços do ministro do Exército e de seu colega da Aeronáutica para a criação de uma grande fábrica de mísseis — a Orbital — produziu o efeito de uma bombinha de festa junina — e não está longe de ficar só como uma bombinha. Por exemplo, a tecnologia britânica que a Orbital comprou para um míssil anti-aéreo, o Ministério da Defesa Britânica recusou. Por que será?

O fato é que os ministros militares que assumiram seus cargos em 15 de março de 85 não parecem convencidos que são ministros de um governo de transição. E é certo que nesta batalha contra a aprovação dos quatro anos para os futuros presidentes, eles não quiseram ser lembrados como os ministros que tiveram cinco (ou seis) anos de gestão, legando a seus sucessores apenas quatro. (Folha de São Paulo)

Arc X  
Folha de São Paulo

25 MAR 1985